

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR**

Daiane Fernandes Giorgi de Paula

**CAPTAÇÃO DE RECURSOS E SEUS DESAFIOS PARA A SUSTENTABILIDADE DAS
ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da UFPR – Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, como requisito parcial para obtenção do título de especialista no Curso de Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar.

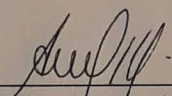
Professor Orientador: Ane Bárbara Voidelo

Matinhos, PR
Setembro, 2019

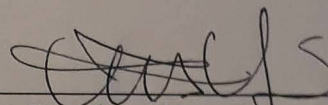
PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela orientadora Professora **Dra. Ane Bárbara Voidelo**, realizaram em 10 de agosto de 2019 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **Daiane Fernandes Giorgi de Paula** sob o título "CAPTAÇÃO DE RECURSOS E SEUS DESAFIOS PARA SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR", sendo quesito parcial para obtenção do Título de Especialista no Curso de *Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar*, pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral, tendo recebido conceito "APL".

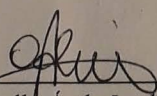
Matinhos, 10 de agosto de 2019.



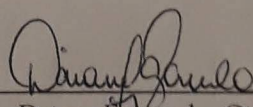
Dra. Ane Bárbara Voidelo
Professora Orientadora



Dra. Silvana Maria Escorsim
Professora Integrante



Dra. Giselle Ávila Leal de Meirelles
Professora Integrante



Daiane Fernandes Giorgi de Paula
Estudante

Conceitos de aprovação

APL = Aprendizagem Plena
AS = Aprendizagem Suficiente

Conceitos de reprovação

APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
AI = Aprendizagem Insuficiente

CAPTAÇÃO DE RECURSOS E SEUS DESAFIOS PARA SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

Daiane Fernandes Giorgi de Paula¹
Ane Barbara Voidelo²

RESUMO – A busca realizada nesta pesquisa apresenta como objetivo geral analisar os desafios para a captação de recursos comuns às organizações do terceiro setor, tendo em vista a garantia não somente da manutenção das instituições, mas o propósito ao qual se destina. Com a finalidade de abordar as principais formas de captação de recursos, assim como seus impasses para a sustentabilidade das organizações. Diante deste contexto a pesquisa inicia com uma breve contextualização do terceiro setor, posteriormente identificando conceito sobre captação de recursos como forma de sustentabilidade trazendo dados de pesquisas, bem como aportes bibliográficos sobre a temática em questão. Por fim é apresentado os resultados da pesquisa realizada com organizações da Rede do Terceiro Setor em Curitiba/PR levantando alguns dados e aspectos importantes para reflexão do enfrentamento dos desafios cotidianos das organizações em relação a captação e mobilização de recursos.

PALAVRAS – CHAVES: Terceiro Setor. Captação de Recursos. Organizações. Parcerias.

ABSTRACT - The general objective of this article is to analyze the challenges for attracting resources common to Third Sector Organizations, with a view to guaranteeing not only the maintenance of institutions but also the purpose of for which it is intended. The main forms of fundraising, as well as their impasses for the sustainability of organizations. In this context, the research begins with a brief contextualization of the third sector, posteriorly identifying the concept of fundraising as a form of sustainability, bringing research data, as well as bibliographical contributions on the subject in question.

Finally, it is present the results of the research carried out with organizations of the Network of the Third Sector in Curitiba / PR raising some data and important aspects to think about facing the daily challenges of organizations in relation to the collection and mobilization of resources.

KEYWORDS: Third Sector. Fundraising. Organizations. Partnerships.

1. INTRODUÇÃO

A emergência do terceiro setor se destaca a partir de uma gradativa substituição do Estado de bem-estar social pelo Estado mínimo, resultante da ampliação do Estado Neoliberal. A prerrogativa da Constituição Federal de 1988, favoreceu a participação popular e de grupos sociais organizados, ou seja, cria-se uma ampliação de serviços para o atendimento das consequências envolvendo a questão social, que por sua vez ampliou a atuação do chamado terceiro setor.

¹Bacharel em Serviço Social pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE), aluna do curso de Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná (UFPR/ Setor Litoral).

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Paraná (UFPR/ Setor Litoral).

Com a precarização das políticas públicas por parte do Estado, o terceiro setor em sentido amplo passa a produzir impactos significativamente positivos no atendimento às demandas, as quais se destina, principalmente, porque trata de demandas que muitas vezes não são do interesse do Estado nem das empresas capitalistas.

O autor FRANCO (2003, p.48) infere em relação ao terceiro setor como sendo uma

(...) nova sociedade civil e contrapõe afirmando que se o público não é monopólio do Estado, existem políticas públicas e ações públicas que não devem ser feitas pelo Estado, não porque o Estado esteja se descompromissando ou renunciando a cumprir o seu papel constitucional e nem porque o Estado esteja terceirizando suas responsabilidades, ou seja não por razões, diretas ou inversas, de Estado, mas por “razões de sociedade” mesmo.

Para o mesmo (2003) autor a própria sociedade a partir das demandas existentes, envolvendo a pobreza, a falta de acesso à educação e a outros direitos básicos vai se organizando e requerendo espaço para o enfrentamento destas questões, que na verdade são comuns a maioria dos cidadãos. Por esta razão, de certa forma o Terceiro Setor é por assim dizer “recrutado” pelo Estado, a fim de intervir juntamente às políticas públicas.

A discussão estabelecida pelo presente artigo consiste no questionamento: como as organizações sociais realizam arrecadações de fundos com a finalidade de obter a manutenção da instituição e dos projetos que atuam atualmente, pois nem sempre essas fontes de recursos são recorrentes, a exemplo da doação através de pessoas físicas, onde é necessário bastante persuasão para que os doadores sejam impactados com a causa defendida pela entidade, bem como sua fidelização em relação à sua doação.

As organizações precisam diversificar seus métodos e fontes de captar recursos, pois muitas vezes acabam dependendo de apenas uma fonte principal de fundo, onde a mesma por questões de instabilidade econômica ou de troca de governo podem vir a comprometer tanto o trabalho desenvolvido, quanto a sobrevivência da organização.

A busca realizada nesta pesquisa apresenta como objetivo geral: analisar os desafios para a captação de recursos comuns às organizações do terceiro setor,

com a finalidade de abordar as principais formas de captação de recursos, assim como, seus impasses para a sustentabilidade das organizações.

Esta revisão bibliográfica busca futuramente ser eixo de desfecho de outras pesquisas de captação de recursos e seus desafios para sustentabilidade das organizações do terceiro setor.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Contextualizando o Terceiro Setor

Do contexto que se insere o terceiro setor será necessário citar os demais ramos que o antecedem, sendo classificados em: primeiro e segundo, de acordo com o autor ALVES (2005 p.25):

O Primeiro Setor, ou Governo, é representado pelo Estado que, por meio de organizações governamentais, entes e órgãos, tem como objetivo efetuar a atividade administrativa, visando suprir as necessidades da coletividade, de acordo com o ordenamento jurídico, as políticas públicas e a vontade do próprio Estado.

O autor RESENDE (2006, p.25) aduz que

O Segundo Setor é composto por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, encarregadas da produção e comercialização de bens e serviços, tendo como escopo o lucro e o enriquecimento do empreendedor.”

A literatura infere que o terceiro setor não surge como uma fórmula de salvaguardar direitos bem como erradicar todo o processo de exclusão e desigualdade histórico existente em nosso país especificamente, pois mesmo somando esforços, está longe de atingir níveis satisfatórios de igualdade de direitos para todos.

COSTA (2005) relata que o “terceiro setor se configurou ao longo de vinte anos dentro de um contexto social, econômico político marcado pela complexidade, incerteza e instabilidade”, cujo procedimento operacional de normativas e diretrizes devem respeitar e seguir tornando-a transparente no que diz respeito às suas ações, bem como a prestação de contas ao poder público para que mesma tenha a possibilidade em continuar desenvolvendo seu trabalho.

Na visão dos autores citados, o terceiro setor possui livre arbítrio para tomada de decisões, porém devem seguir o ordenamento jurídico³ existente em nosso país. Por esta razão, estas organizações precisam estar regulamentadas e com seus documentos atualizados, principalmente, quando se trata em captar recursos de qualquer fonte, quando este repasse é advindo do Estado.

A respeito do terceiro setor, o autor RESENDE (2006, p.24) relata:

Na verdade, o conceito de terceiro setor prevê a integração do público estatal e do privado incluindo aí a figura do mercado, para complementação e efetivação de ações que confirmam sentido, existência e funcionalidade às instituições por ele representadas. Só se pode compreender a existência do Estado na interação entre os três setores: governo, mercado e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.

Para elucidar as diferenças entre os setores, segue quadro abaixo:

SETOR	FINALIDADE	ORIGEM DOS RECURSOS
1° Estado	Pública	Público
2° Mercado	Privado	Privado
3° ONG's	Pública	Público e privado

Fonte: Fernandes, 1997, p.27

O ponto de vista de COSTA (2005, p.114) sobre o conceito do Terceiro Setor é de que:

(...) a Realidade Social não se configura de forma fragmentada, dividida, (pois é composta de elementos que produzem a realidade total) como se fossem fenômenos isolados entre si, enfatizamos que não podemos desconsiderar que esta realidade precisa ser compreendida em sua totalidade social. Isto é, o político, o econômico e o social articulam-se indissociavelmente determinando a conjuntura e as demandas sociais.

Desta forma, a autora (2005, p.233) ainda salienta que:

ao pontuarmos esses três setores de forma separada é tão somente para fins didáticos e de explanação, pois eles na realidade são profundamente interligados e interdependentes, compondo uma realidade social dialética e em constante processo de mudança; mudanças essas cada vez mais aceleradas em um mundo contemporâneo marcado pela complexidade, incerteza e instabilidade.

Diante deste cenário, a literatura ressalva que não pode-se afirmar que todas as organizações são de fato idôneas e livres de corrupção, por isso, é necessário

³Verificar de acordo com a Lei 9790/99 que estipula cláusulas mediante termo de parceria entre o Poder Público e as Organizações da Sociedade Civil.

que as sociedades superem suas ações de forma caritativa e amadora, e buscar cada vez mais capacitação para enfrentar o acirramento da questão social.

No que diz respeito a sustentabilidade das organizações, considerando a conjuntura política, econômica e social que enfrenta, associada ao sucateamento das políticas públicas, a busca pela gestão sustentável, técnica e administrativa através de recursos financeiros estáveis, torna o ambiente das sociedades cada vez mais desafiador, o que em grande parte as vezes cumpre apenas a tarefa de complementaridade das lacunas deixadas pelo Estado. A busca pela gestão sustentável, técnica e administrativa através de recursos financeiros estáveis a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG, 2010, p.43) expõe que:

A concorrência em busca por captação de recursos, dificuldade esta que se torna ainda mais evidente em instituições de pequeno porte, na participação via editais, dos fundos privados nacionais, o que constitui um processo complexo e demorado.

No Brasil, acontece uma espécie de competição, porque na maioria das vezes, as instituições disputam pelas mesmas fontes de recursos em potencial. Em determinados momentos a decisão para quem se destinará os recursos vai depender da imagem da organização, ou seja, seriedade, retorno à sociedade, transparência, utilidade, conforme TENÓRIO (2001, p.15) afirma: “se trata de um ambiente altamente competitivo.”

A literatura menciona que a concorrência pode melhorar a eficiência e a inovação. O desafio é encontrar um balanço em que a competição não venha prejudicar a cooperação entre as organizações, pois a finalidade é buscar pelo acúmulo dos recursos financeiros quanto pessoas voluntárias que fazem uma determinada organização se tornar reconhecida popularmente.

Para explicar o desafio dos recursos financeiros e humanos (voluntários) que contribuem para uma determinada organização se tornar reconhecida popularmente, VIOLIN (2006, p.120) aduz: “é impreciso o momento do aparecimento da sociedade civil, também é questionável quando surgiram as organizações representativas da sociedade civil.”

O autor COELHO (2000, p.58) relata o conceito do terceiro setor: “são organizações privadas, sem fins lucrativos e que visam produção de um bem coletivo. O termo foi utilizado pela primeira vez pelos EUA na década de 70.”

Desta forma o terceiro setor é considerado como conjunto organizado, sem fins lucrativos, formados por iniciativas da sociedade civil que não são privadas, nem públicas, mas que pertencem ambas as esferas.

No Brasil, a crise do Estado de Bem estar social remete a impossibilidade do Estado resolver todas as problemáticas envolvendo a questão social, que afetam o terceiro setor, conforme CAMARGO (1984, p. 21) indica:

- Crise do Estado do bem-estar social: o acúmulo das funções de Estado protetor e Estado regulador gerou pesados ônus no erário público, criando uma burocracia consolidada.
- Crise do desenvolvimento: desde os choques do petróleo na década de 1970, a crise econômica relegou parte significativa da população a um patamar inferior na pirâmide social, com a supressão da renda e de altos índices inflacionários. O aspecto conjuntural deteriorou-se, ampliando a demanda pelo aprimoramento das questões sociais degradadas, a tal ponto que o Estado não pode mais suportar o acúmulo de papéis

Segundo a literatura o apelo à filantropia não é novidade no Brasil. A parceria entre Estado e sociedade civil já vem sendo costurada desde a atuação da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (instituição filantrópica e privada, foi a primeira ONG a prestar serviços de saúde, assistência social e educação no país), no século XVI. O caráter religioso é bastante presente nas ações desenvolvidas em todo o território nacional.

De acordo com ALBUQUERQUE (2006, p.23):

O fato é que perante a globalização agravaram-se as expressões das questões como a pobreza, violência, doenças, poluição ambiental, conflitos religiosos, étnicos, sociais, políticos, de problemas locais com amplitude mundial, que necessitavam da ação de agentes sociais nas mais diversas áreas e segmentos de atuação.

2.2 Sustentabilidade das Organizações do Terceiro Setor

Segundo alguns autores, a captação de recursos no terceiro setor, consiste na obtenção de recursos para suprir as necessidades financeiras das atividades e projetos da entidade, ou seja, entende-se por recursos: alimentos, equipamentos, matéria-prima, entre outros, também são levados em consideração.

O fato da organização receber um investimento seja por meio de projetos, seja por um grande doador, demonstra boa impressão do trabalho desenvolvido, o que motiva investir cada vez mais. Desta forma, a atuação da organização ganha visibilidade tanto para apoio governamental, quanto o apoio da comunidade, pois assim, quanto mais pessoas apoiando, conhecendo e indicando a organização no

meio local, mais legitimada a mesma estará e por consequência sua causa mais forte e consolidada.

As organizações do terceiro setor necessitam de planejamento e gestão para que encontre recursos necessários para seu autossustento, pois do contrário estarão fadadas a um fator determinante, conforme informações da Pesquisa Doação Brasil (2016, p.15):

O ambiente também alimenta o sentimento de desconfiança porque a divulgação de escândalos de desvios de recursos e o marketing excessivo de algumas Instituições que depois se comprovaram inidôneas concorrem para sedimentar a percepção de que “o discurso não corresponde à prática”.

De fato para trabalhar em prol do coletivo, é preciso que as organizações estejam de fato “organizadas”, uma vez que a emergência do terceiro setor abriu prerrogativa para que diversas instituições se dispusessem a desempenhar o papel das políticas públicas e assim sendo co-responsáveis ao enfrentamento da questão social.

De acordo com o pensamento de alguns estudiosos, as organizações do terceiro setor devem ser organizadas, ainda que não sejam legalmente formalizadas; devem ter um sentido de permanência em suas atividades, possuir conselhos e realizar: reuniões periódicas, privadas, não distribuidoras de lucro, ainda que as receitas sejam maiores que as despesas, todo o excedente deve ser revertido para a própria organização, autogovernável, pois devem existir de forma independente do Estado ou de empresas voluntárias, assim como, devem apresentar algum grau de voluntariado, tanto no trabalho quanto no financiamento (doações).

BIASUZ (2013, p.13) expõe sobre a perspectiva da sustentabilidade de organizações sem fins lucrativos denominada de sistêmica: importar energia (*input*); transformá-los (*throughput*) e exportar energia (*output*). No caso de trabalho voluntário, doações financeiras ou materiais são “inputs” a serem transformados em serviços para o público beneficiário. A comunidade percebe o impacto daquele serviço prestado e realimenta o ciclo, ou oferece outro tipo de recurso.

O mesmo autor afirma que a sustentabilidade vai depender da capacidade da organização se manter sem depender de doações de recursos por pessoas físicas ou jurídicas, fazendo-se necessário a diversificação das fontes, tais como: projetos de geração de receita, profissionalização de recursos humanos e voluntários, estabelecimento de estratégias de comunicação, avaliação, resultados e

desenvolvimento de estrutura gerencial eficiente, ou seja, precisam atentar para os seguintes fatores como: visibilidade, legitimidade e responsabilidade pública, com o objetivo de tornar-se uma sociedade séria e confiável.

BIASUZ apud ARMANI (2001) aponta dois enfoques principais para a sustentabilidade das organizações: gerencial (administração de recursos, gestão democrática, planejamento, quadro de recursos humanos, monitoramento participativo, capacidade de produção) e sistêmico: (base social, legitimidade, accountability, capacidade de defender seus ideais no meio político (*advocacy*), capacidade de estabelecer parcerias), pois é preciso determinar critérios antes de iniciar a captação, assim como, para obtenção da otimização das organizações do terceiro setor, será necessário estipular um Plano de Captação:

De acordo com a literatura, o Plano de Captação deverá conter: definição de propósito do plano e da destinação dos recursos; análise dos tipos de recursos necessários; identificação das fontes potenciais; análise dos condicionantes de cada fonte; definição de estratégia para cada doador; estabelecimento de um plano integrado de ação de captação; implementação das ações planejadas; utilização dos recursos obtidos como prometido aos doadores; monitoramento dos resultados e ações realizadas e comunicação de resultados aos doadores.

Tendo em vista o exposto acima, é necessário realizar um levantamento detalhado das informações dos potenciais doadores, ter noção da previsão dos riscos, apresentar o *feed back* das atividades (prestação de contas) para os doadores e ao público atendido, estabelecer um bom relacionamento com os doadores (trazê-los para mais perto do projeto financiado) e outros; são fatores que demonstram a legitimidade das organizações que contribui para a otimização das ações a serem realizadas pela captação de recursos de uma determinada sociedade.

2.3 A Captação de Recursos no Terceiro Setor

O conceito de captação de recursos, conforme RISCAROLLI (2007, p.11) é de que:

Origem na expressão inglesa *fundraising*, que literalmente quer dizer levantamento ou arrecadação de fundos. Também significa o “ato ou coleta de dinheiro para um propósito particular.”

O mesmo autor (2007, p.35) aduz sobre o conceito de captação de recursos:

No dicionário da Sociedade Nacional dos Executivos Captadores de Recursos (NSFRE) que encontra-se uma definição mais apropriada para esta pesquisa. Segundo o dicionário, captação de recursos refere-se ao ato de levantar ou obter recursos, de várias fontes para dar suporte econômico a uma organização ou projeto específico.

A bibliografia expõe que ao longo do tempo, aconteceram mudanças a respeito da metodologia de abordagem e comunicação entre o captador e seus doadores em potencial, ou seja, a pessoa que faz a doação apresenta expectativa de ganhar algo em troca, como um prêmio, onde acaba dependendo muito mais da atratividade do prêmio do que a causa institucional e todo esforço envolvido em prol de uma campanha de arrecadação de recursos.

A estudiosa RISCAROLLI (2007, p.44) infere:

Muitas pessoas, envolvidas com uma causa passavam a pedir para outros, dinheiro e bens na maior parte das vezes bastante inoportuna. Muitas organizações do terceiro setor no Brasil, que realizam captação de recursos, ainda agem desta forma, isto é, ainda apresentam-se aos seus doadores potenciais de forma problemática, mendiga até, na esperança de comovê-los a estender-lhes a mão. Por isso é preciso romper com a ideia do “coitadinho” apresentando uma noção de que a organização está enfrentando problemas financeiros, pois isso pode prejudicar e muito numa possibilidade daquele doador em potencial apostar numa “causa perdida” e tampouco associar sua imagem à uma organização falida.

Há dois fatores determinantes que interferem diretamente no processo de captação e na facilidade de doação, sendo relatado pela referida autora (2007, p.45):

Um deles são as normas culturais da sociedade, que regem o pensamento e a motivação interna dos doadores. O segundo talvez seja a estrutura constitutiva (sistema legal, tributário, democracia pública e as formas de responsabilidade individual pelas coisas públicas e privadas) de cada nação.

Assim sendo, sobre os fatores que são considerados de descrédito pelos doadores brasileiros são: a burocracia e a transparência da gestão dos recursos recebidos, o que contribui para desconfiança com relação às instituições ou os próprios beneficiados pelas doações. A bibliografia menciona que a construção da confiança nas entidades passa por: ser transparente; prestar contas; mostrar aplicação de recursos; mostrar resultados e efetividade de ação; mostrar a necessidade; focar ações tangíveis e específicas; ser aberta a visitação (conhecer por dentro) participar (conhecer alguém atendido beneficiado); conhecer pessoas

sérias que trabalham (participam); proximidade comunitária; relacionamento e reconhecimento.

As mudanças do pensar e fazer a captação passam a ser entendidas como um desenvolvimento, pois a instituição, que perpassa num processo de comunicação estratégica constitui uma ação de relacionamento com seus doadores, no qual este veem valor em contribuir. A partir desta visão há o conceito de troca, onde todos os envolvidos resultam de uma parceria satisfatória para ambas as partes é inferida por RISCAROLLI (2007, p.37):

Na construção do merecimento dos recursos a serem doados pelas pessoas, praticamente tudo que a instituição fizer fará diferença na percepção do mérito do doador, assim captar recursos não começa com um projeto de arrecadação de fundos, mas com tudo que possa interferir na satisfação dos doadores potenciais(...)

Alguns autores complementam a ideia de parceria satisfatória escrevendo em suas obras: reconhecer que o doador ou apoiador não é mero financiador de um projeto e saber que mantê-lo à próximo dos acontecimentos daquilo que lhe interessa já é um grande passo para a construção do relacionamento dentro da captação de recursos.

Atualmente, a bibliografia aduz que os financiadores são convidados a participar de alguma forma do projeto em si, pois é importante conectá-los a partir de ferramentas que lhe proporcione condições de acompanhar a evolução do projeto, seja através de informativos, e-mails ou marketing.

Os estudiosos mencionam que na otimização da parceria satisfatória, as organizações devam planejar uma nova campanha e priorizar o convite primeiramente aqueles doadores que já estão fidelizados, visto que é uma forma de reconhecimento, pois leva-se em consideração que seu poder de influência poderão atrair outras parcerias.

A literatura ressalta que o processo ideal de desenvolvimento de doadores para uma instituição é gradativo e vai transformando concessores menores, que ofertam em campanhas anuais, em patrocinadores sistêmicos e regulares, visto que o fundamento do desenvolvimento do processo de captação é o crescente envolvimento e compromisso do doador com a missão da instituição, obviamente, associado a capacidade de auxílio do indivíduo.

O escritor FRELLER (2014, p.45) menciona os aspectos nas escolhas das estratégias para a mobilização da captação dos recursos pelas organizações:

(...) buscar, nas alternativas escolhidas, o equilíbrio entre o custo e o benefício para implementá-las; estabelecer metas factíveis (o que significa dimensionar valores e fixar períodos de tempo adequados).

De acordo com o referido autor a estratégia utilizada para levantar recursos tanto por pessoas físicas ou jurídicas, através de visitas a fim de apresentar a organização e suas áreas de atuação é denominada *Major Donours* (Grandes Doadores), onde se utiliza uma apresentação mais emocional do que técnica, de forma objetiva com a finalidade de transmitir todo o potencial da sociedade. As estratégias usadas para mobilização da captação dos recursos pelas organizações são: Campanhas Capitais; Campanhas Anuais; Eventos; Editais e Doações.

As Campanhas Capitais são consideradas pontuais, pois existem com objetivo próprio para angariar fundos para um investimento específico, uma reforma ou ampliação da estrutura física da organização.

As Campanhas Anuais é o popular apadrinhamento afetivo e educacional. O favorecimento afetivo, visa um contato, mais próximo do doador com o beneficiário, com a finalidade de suprir as necessidades tanto afetivas quanto materiais de uma criança em situação de acolhimento. A proteção educacional já tem uma proposta diferente, onde o doador custeará o investimento de uma vaga em escola, contemplando os custos com material didático, professores capacitados, refeições diárias e outros. A doação realizada pelo apadrinhamento educacional não será direcionada para uma determinada criança e sim para uma vaga que pode ser ocupada por qualquer aluno atendido pela organização.

Os eventos são estratégias bastante adotadas pelas organizações, onde podem ser de pequeno, médio e grande porte. Nesta ótica podem ser feitos através de Jantar, Bazar, Show, festas juninas e mais recentemente divulgado são as corridas e eventos esportivos, que além de ter o poder de um número significativo de pessoas, tem o viés do bem estar e do cuidado com a saúde. Durante os eventos também é possível prospectar novos doadores e sensibilizá-los através da causa.

A estratégia de Editais deve ser escrito de forma técnica para apresentar ao financiador em potencial, podendo ser empresas, pessoas, fundações e governo,

que devem conter no mínimo os seguintes itens: apresentação da organização, justificativa, objetivos geral e específico, atividades e metodologia, avaliação, orçamento, cronograma e em alguns casos contrapartidas. Cada financiador possui edital com diversas especificidades prioriza um grupo bastante técnico que atenda as suas exigências. A crescente demanda de instituições competindo pelos editais representa uma corrida contra o tempo, pois é necessário estar muito atento a prazos de inscrições tanto para o envio da proposta bem como da relação de documentos exigidos.

A estratégia de Venda de produtos ou serviços (recursos próprios) ou Geração de Renda Própria (GPR) é relatada por FRELLER (2014, p.51):

Esta estratégia de GRP vem assumindo um papel muito importante nos dias de hoje, quando se fala em diversificar fontes de recursos da OSCs. Isto porque a diminuição de doações por meio filantropópico , levam a gestão em pensar novas fontes de recursos. No entanto, as formas de geração de renda devem estar previstas no estatuto da instituição.

A instituição que conta com a geração de renda própria e considerada mais alto sustentável do ponto de vista financeiro.

3. METODOLOGIA

O presente artigo utilizou uma abordagem qualitativa, sem excluir os elementos quantitativos, conforme MINAYO (2002, p.21):

A pesquisa qualitativa responde questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.

O método pelo qual discorre o estudo é o método descritivo por meio do relato de experiência no setor de captação e mobilização de recursos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada, por meio de livros, artigos, trabalhos de teses e dissertações correlatas à temática escolhida, bem como materiais como pesquisas de institutos, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto para o Desenvolvimento e Investimento Social (IDIS).

O instrumento para coleta de dados foi realizado através da aplicação de questionário semi-estruturado sobre o perfil das instituições do terceiro setor e sua captação de recursos, contendo perguntas fechadas e abertas. O questionário foi

aplicado por meio eletrônico através de formulário Google, sendo realizado contato anterior ao envio do mesmo para cinquenta organizações que compõe a Rede do Terceiro Setor em Curitiba, da qual a instituição onde atuo também faz parte desta mesma rede. Este foi um dos critérios que levou-me a escolher este grupo de instituições, além disso por apresentarem causas e características diferentes como público atendido e tempo de atuação. A intenção seria também verificar o contraste entre as organizações. A devolutiva dos questionários respondidos representou um total de 37% ou seja, 12 foram respondidos.

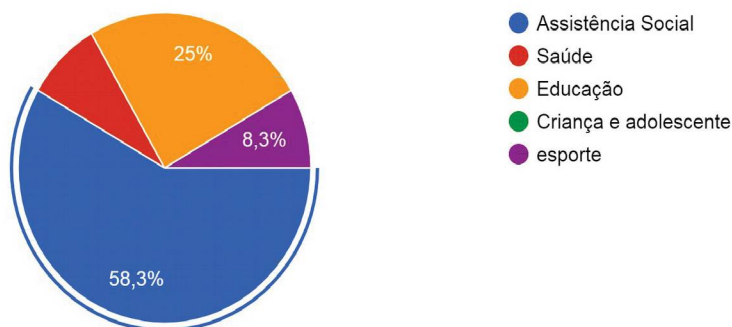
4. Apresentação dos Resultados

Com base no questionário como ferramenta de coleta de dados, os resultados foram os seguintes:

Quanto a natureza da instituição, 75% das organizações são formadas por Associações. De acordo com o gráfico a seguir a seguir a grande maioria das organizações do terceiro setor, neste caso 58,3% ainda concentra sua atuação na área da Assistência Social, exatamente como iniciou as primeiras ações nesse setor. A necessidade de investir na política de assistência, ainda parece ser uma grande preocupação, mesmo com o crescente investimento nessa área nas últimas décadas, pois existem objetivos a serem alcançados como: a superação da pobreza extrema, os índices de desenvolvimento humano e outros fatores que são transversais às demais políticas, como educação e saúde.

Qual a maior área de atuação da organização?

12 respostas

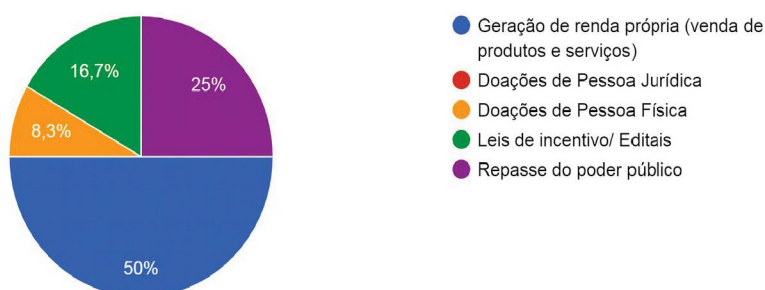


Quanto ao tempo de organização os resultados obtidos foram: a maioria, 41,7% possuem de 01 a 10 anos de atuação, 25% de 10 a 20 anos, 8,3% de 20 a 30 anos e 25% dessas organizações tem mais de 40 anos.

Referente a principal fonte de recursos, 50% das organizações responderam que possuem geração de renda própria, ou seja, a maior parte dos recursos advém da venda de produtos e serviços, o que de certa forma demonstra uma grande preocupação de uma fonte de recursos que produz uma estabilidade financeira para o desenvolvimento de suas atividades, pois esses recursos são desvinculados de projetos, sendo assim mais flexíveis para investir no que for preciso para a sustentabilidade financeira da instituição.

Qual a principal fonte de recurso da organização?

12 respostas

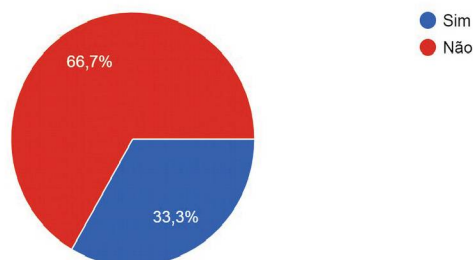


Diante disso, quando questionado se a organização considera-se dependente da sua principal fonte de recurso, considerando dependente na falta do mesmo se impossibilitaria de continuar atuando: 66,7% afirmaram que sim, sua principal fonte de recurso impactaria na continuidade das ações e 33,3% responderam que não.

Em relação a pergunta: se existe uma pessoa ou setor na organização para pensar e executar a captação de recursos, apenas 33% contam com profissional para essa área, sendo que 66,7% não possui responsável. Este dado é preocupante no sentido de que a ausência de um conhecedor no assunto para pensar a estratégia de fontes de recursos e executar essas ações pode interferir no desenvolvimento da organização.

Existe uma pessoa ou setor exclusivo para pensar e executar a captação de recursos?

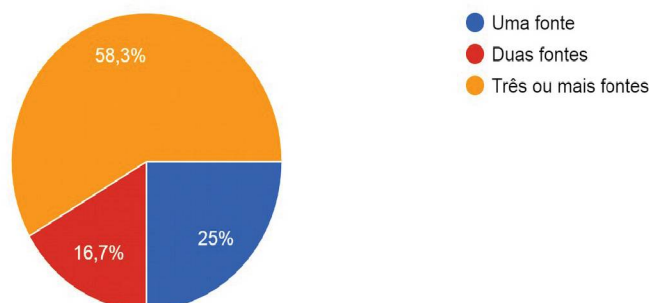
12 respostas



Quanto as fontes de recursos as organizações em sua maioria representando 58,3% afirmam terem três ou mais fontes. Este é um dado que chama atenção, pois tanto reforçou a ideia de diversificar fontes para não causar dependência de um grande doador ou de apenas um fonte de recurso.

Quantas fontes de recurso a sua organização possui?

12 respostas



Quanto a diversificação de campanhas como estratégias para a captação, temos o quadro abaixo, sendo as campanhas que mais se destacam o Nota fiscal (NF) sem CPF (66,7%) e Bazar (58,3%). A exemplo desses dados, o programa de nota fiscal sem CPF⁴, ou também chamado nota solidária, que existe no Paraná, desde 2015, é uma campanha que foi aderida pela maioria das organizações e traz um retorno garantido, porém é necessário esforço por parte da organização que envolve procura de estabelecimentos comerciais que apoiem, pois devido a grande

⁴A campanha nota fiscal sem CPF faz parte do Programa Nota Paraná onde as instituições cadastradas podem lançar as notas sem CPF e recebem o retorno de parte do imposto em créditos. Para consultar sobre o programa acessar <<http://www.notaparana.pr.gov.br/>>

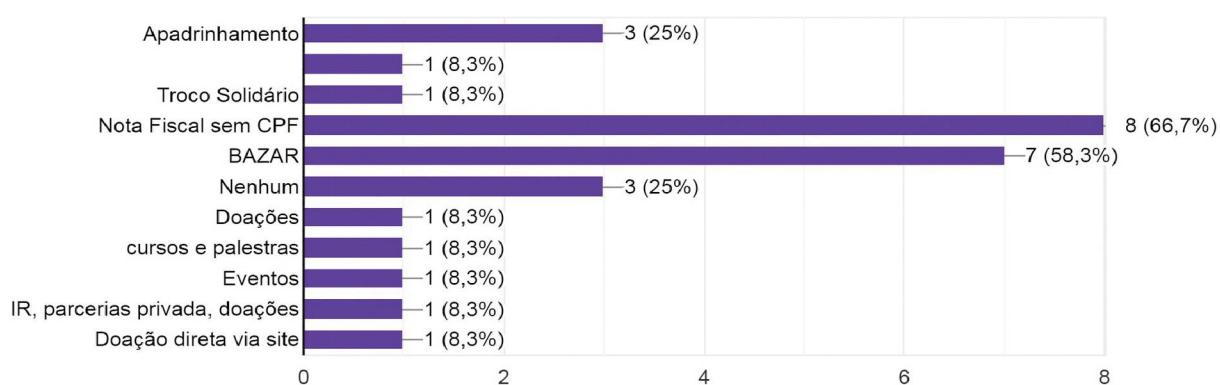
demanda é comum ter várias instituições a procura pelo recolhimento de notas fiscais, sendo necessário investir na logística semanal para busca das NF e posteriormente é essencial ter pessoal para lançar essas notas no sistema, o que é realizado graças a grande participação de voluntários para este serviço.

Já o Bazar solidário é uma forma de captar recursos muito comum nas organizações, consiste no recebimento de doações de roupas e diversos utensílios em bom estado e gera um bom resultado de arrecadação de recursos.

As campanhas acima, são as mais comuns de serem aderidas pelas organizações, no entanto três delas afirmaram: não participar de nenhuma campanha ou programas citados, representando 25% dos respondentes.

A organização participa de quais programas/ campanhas para arrecadação de recursos? (Aceita mais de uma opção)

12 respostas



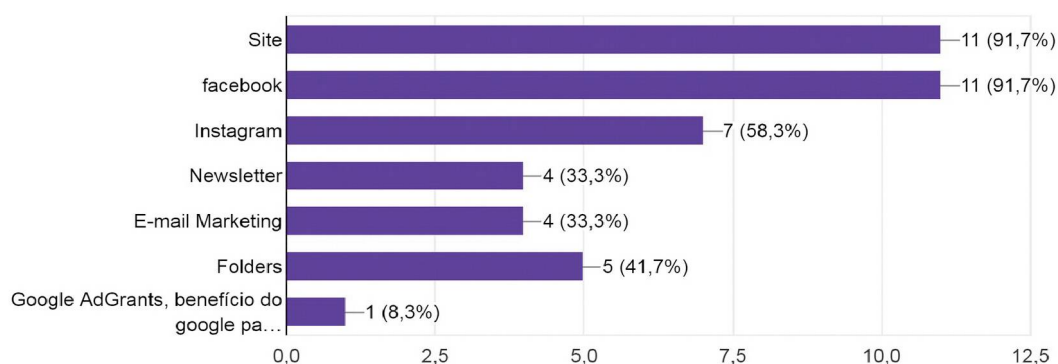
Com relação a sua base de dados de parceiros ou apoiadores: 91,7% das organizações afirmam manter periodicamente, sendo essa uma ação de extrema importância para não perder contato com os parceiros mais próximos da organização, bem como ter um banco de dados de possíveis doadores ou apoiadores em potencial. Para isso é necessário antes pesquisar, quais as preferências pelas causas defendidas pelas empresas, entender o ramo de atuação para prospectar futuras parcerias.

Quanto ao material informativo para divulgar a organização a parceiros em potencial: 58,3% afirmam possuir e 41,7% não possuem. Tendo isso em vista as principais ferramentas utilizadas pelas organizações para sua divulgação seguem no quadro abaixo, sendo Site e Facebook as mais utilizadas, devido ao fato de

serem ferramentais mais populares. Uma novidade entre essas ferramentas é o Google Ad Grants⁵ que consiste num programa criado com o intuito de ajudar as entidades selecionadas a terem acessos de divulgações gratuitos na internet, visando que as entidades possam apresentar as suas ideias, propósitos, conseguir doações e até mesmo recrutar voluntários.

Quais as principais ferramentas utilizadas para divulgar a organização?

12 respostas



De acordo com 66,7% das organizações respondentes existem práticas de reconhecimento dos doadores ou colaboradores ou parceiros, seja por meio de eventos, e-mails, correspondências ou outro tipo de cortesia . No entanto 33,3% dizem não realizar nenhuma prática.

As duas últimas perguntas do questionário foram feitas por meio de perguntas abertas e respostas curtas. Segue abaixo:

Quais são os desafios que a organização enfrenta para realizar a captação? (Cite no mínimo dois desafios) Foram obtidas 12 respostas dos entrevistados.

Organização 1: Planejamento de captação; investimento em comunicação & MKT social

Organização 2: Ausência de setor especializado e pessoas especializadas.

Organização 3: Profissional específico da área

Organização 4: Não ter uma pessoa ou departamento exclusivo para captação de recursos

Organização 5: Um setor designado à captação; independência financeira.

Organização 6: Falta de pessoal Financeiro

⁵Mais informações sobre a ferramenta Google Ad Grants acessar <<https://www.google.com/intl/pt-BR/nonprofits/offerings/google-ad-grants.html>>

Organização 7: Não há uma pessoa/setor responsável pela captação.

Organização 8: Novos parceiros e políticas públicas mal definidas

Organização 9: Um captador e a conscientizar pessoas físicas

Organização 10: Diversificação de captação e pessoa especializada para realizar

Organização 11: Encontrar pessoas capacitadas para fazer essa função, remunerar bem essas pessoas

Organização 12: Aumentar a captação de outras fontes, como apadrinhamento, e diminuir entrada dos recursos próprios.

De acordo com os entrevistados, 7 organizações apontam ser uma dos maiores desafios: não possuir profissional ou setor específico para cuidar da captação/ mobilização de recursos, situação esta que impacta significativamente o desenvolvimento de ações que contribuem para a sustentabilidade econômica. Embora a atuação deste profissional ainda esteja em expansão existem diversos cursos online⁶ para capacitação deste profissional bem como as literaturas estão em constante. A falta de recursos financeiros por parte da organização pode dificultar ter um setor exclusivo para este fim.

Como a organização percebe os impactos da sua ação na comunidade atendida? Comente:

Organização 1: Questionários e avaliação devolutiva com comunidade.

Organização 2: Pela melhoria da qualidade de vida nos locais onde atuamos.

Organização 3: não respondeu.

Organização 4: Os impactos são incríveis, pois acontece o acompanhamento do desenvolvimento da criança atendida, os valores trabalhados durante as aulas sendo replicados no dia a dia e reportados pela escola e pelos pais. Os desafios diários são enormes, mas a gratidão de ver o trabalho ser reconhecido pelo beneficiário não tem tamanho.

Organização 5: Temos contato direto com a comunidade, não só o programa de assistência que é ofertados, mas total apoio à comunidade.

Organização 6: Redução de situações de vulnerabilidade.

⁶Pesquisar cursos e materiais sobre captação de recursos através dos seguintes sites:

<http://captamos.org.br/>

<https://www.filantropia.org/>

<https://www.estraviz.es/>

Organização7: Através do feedback da comunidade, relatório de impacto da FAS/CRAS

Organização 8: Positivamente

Organização 9: No PROJETO em escolas o impacto é excelente.

Organização 10: Bem-estar emocional e qualidade de vida; fortalecimento do conhecimento, prevenção da violência.

Organização 11: Pela evolução da gestão das instituições impactadas, pelo número de pessoas com deficiência empregadas, pelo aumento do número de pessoas atendidas pelas instituições impactadas, pelo número de voluntários atuantes em nossos projetos, e outros.

Organização 12: Com muita eficácia e credibilidade. As comunidades atendidas são parceiras do nosso trabalho e colaboram conosco! Já é notório as grandes transformações nos beneficiários e suas famílias.

De acordo com as organizações respondentes é possível mensurar o impacto de suas ações de diferentes formas por questionário, feedback das atividades, e até mesmo do acompanhamento cotidiano dos beneficiários atendidos pelas organizações. A medida que existe a possibilidade de serviços disponibilizados atendendo não a demanda mas também a expectativa da comunidade ocasionam uma melhoria na condição de vida e por consequência no nível de satisfação do trabalho desenvolvido.

5. CONCLUSÃO

A elaboração do artigo foi um momento de reflexão e pesquisa de produção de conhecimento e riqueza intelectual em algo novo e ao mesmo tempo desafiador para o profissional da área de Serviço Social.

Diante do exposto, uma das maiores preocupações das organizações sociais refere-se a busca pela estabilidade e segurança financeira, a fim de suprir suas demandas tendo por finalidade cumprir o objetivo do seu Estatuto Social, instrumento o qual norteia as diretrizes e atividades.

Baseado nos limites e possibilidades do que foi apresentado neste estudo, surgem algumas sugestões, sendo estas: necessidade de delimitar as necessidades financeiras da organização, mensurar o custo/ benefício que determinada estratégia para obter recursos. Neste caso é possível fazer uma espécie de “teste”, e estudar

junto ao setor financeiro qual o retorno da proposta, isto é, um plano de captação factível.

A pesquisa contribuiu para trazer a importância da organização como: diversificar suas fontes de renda, para não prejudicar sua sobrevivência em casos de instabilidade política e econômica, assim como, estabelecer metas possíveis e um prazo que leve em consideração as prioridades da entidade; tendo em vista colocar em prática um determinado tipo de campanha de arrecadação.

Em relação aos possíveis financiadores, é preciso entrar em contato com aqueles que estão mais próximos à entidade, comunicar-se de forma apropriada e posteriormente apresentar uma carta proposta, pois é importante a organização possuir um banco de projetos para aproveitar eventuais oportunidades.

Os desafios segundo dados da pesquisa, concentram-se principalmente em profissionais capacitados para tal, assim desenvolvendo estratégias de captação dentro da instituição, gestão alinhada participando ativamente das propostas sugeridas, desenvolver uma boa comunicação dentro e fora da organização, todos se apropriando do mesmo pensamento, dando sentido de coerência sobre os projetos da instituição e os planos futuros aos quais se dedica o setor de captação de recursos.

O fato é que a captação de recursos existe para contribuir para as demandas, diminuindo assim os gastos com recursos próprios. Através dos projetos muitas pessoas são atendidas e tem na organização uma segurança em poder contar com os serviços oferecidos, tendo por meio destas seus direitos básicos de cidadania garantidos.

Na ausência de um captador(a), quem assume a função é o assistente social, (elaborar projetos, acompanhar a prestação de contas, buscar parcerias e tudo mais que envolve o dia a dia do captador), pois, é possível afirmar a contribuição destes profissionais para o desenvolvimento das ações de mobilização de projetos.

No que diz respeito aos desafios para a captação de Recursos comuns às Organizações do Terceiro Setor, tendo em vista a garantia não somente da manutenção financeira das instituições, mas também desenvolver um trabalho de excelência, oferecendo serviços que na verdade são os direitos básicos, como: educação, saúde, assistência social, capacitação profissional, entre outros, mas que infelizmente é negado devido a grande demanda por parte do poder público.

A captação dentro de uma organização em busca da sua sustentabilidade deve ser uma busca e uma atividade diária, onde é preciso pensar novas possibilidades e embora seja executada por um profissional é necessário ser apropriada e entendida por toda gestão de forma que o processo de captação, seja compreendido a fim de tornar possível uma sustentabilidade de forma consolidada.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Organizações Não – Governamentais (ABONG). ONGs no Brasil : perfil das associadas à Abong: tabelas orçamento. São Paulo: 2010. Disponível em: www.abong.org.br Acesso em: abril de 2019.

ALBUQUERQUE, A. C. C. de. Terceiro setor: história e gestão de organizações. São Paulo: Summus, 2006.

ALVES, C. V. O. Organizações da sociedade civil de interesse público e termos de parceria: um estudo sobre o processo de avaliação de resultados dos projetos sociais desenvolvidos com recursos governamentais no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005

BIASUZ, G. B.. Os desafios e soluções encontrados pelas ONG's de Caxias do Sul na captação de recursos: um estudo multicaso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.

BRASIL, PESQUISA DE DOAÇÃO BRASIL. <https://idis.org.br>, 2016.

CAMARGO, M. S. Terapia Penal e Sociedade. Campinas: Papyrus, 1984.

COELHO, S. C. T. Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora Senac, 2000.

COSTA, S. F. O Serviço Social e o Terceiro Setor. In Serviço Social em Revista. Vol. 7. num.2.(jan/jun).2005.

FRELLER, M. MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS POR MEIO DE GERAÇÃO PRÓPRIA. . Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Economia e Administração, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FRANCO, A. de. A nova sociedade civil e seu papel estratégico para o desenvolvimento. Agência de Educação e Desenvolvimento (AED), coleção para Debater, Vol.1, Brasília: 2003.

Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6ª. ed.São Paulo : Atlas, 2008.

HECKERT, Cr. R. Redes do Terceiro Setor: condições favoráveis à transferência do conhecimento. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2008.

MENEZES, F. C. de. O Serviço social e a “responsabilidade Social das empresas”: debate da categoria profissional na Revista Serviço Social e Sociedade e CBAS. *In* Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 103, p. 503-531, jul./set. 2010.

MINAYO, M. C. de S.(org). DESLANDES, S. F. NETO, O. C. GOMES, R. PESQUISA SOCIAL: Teoria Método e Criatividade. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

RESENDE, T. A.. Roteiro do terceiro setor: Associações e Fundações. 3.ed. Belo Horizonte: Prax, 2006.

RISCAROLLI, V. Estratégias de captação de Recursos Aplicáveis à Realidade das Faculdades de Administração das Instituições de Ensino Superior brasileiras. Universidade de São Paulo, 2007.

TENÓRIO, F. G.(org). Gestão de ONGs. Principais funções gerenciais. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

VIOLIN, T. C. UMA ANÁLISE CRÍTICA IDEÁRIO DO “TERCEIRO SETOR” NO CONTEXTO NEOLIBERAL E AS PARCERIAS ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA. Dissertação (Mestrado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.